

As provas contra o ente, no tribunal de Parmênides ¹

Resumo

Confluem, para a originalidade da linguagem ontológica de Parmênides, determinadas figuras de linguagem (skhemáta léxeon) do campo discursivo da veracidade, entre as quais destacam-se figuras da nascente retórica forense. Isto, evidentemente, já na tradição originária dos filósofos que falam da natureza, que Aristóteles chamou de físicos, fisiólogos. No fragmento 8, a Deusa do Poema de Parmênides leva o ente ao tribunal, denuncia-lhe os sinais (sémata) e por fim amarra-o nos liames da Necessidade.

Palavras-Chave: Parmênides . Linguagem Forense . Acusação . Provas . Verdade

Abstract

Some particular speeches of ancient law context contribute for the originality of Parmenides' ontological language. They share the same veridical claims. Although philosophy, or physics (as says Aristotle), put not a criminal but nature itself on the tribunal. In DK B 8, the Parmenides' Poem Goddess brings to the tribunal the being itself; she accuses his signs (sémata) and finally binds it in Necessity chains.

Key-words: Parmenides . Forensic Language . Accusation . Proof . Truth

* Universidade Federal do Rio de Janeiro. Pesquisador da Fundação Biblioteca Nacional.

¹ Trabalho realizado com apoio da Fundação Biblioteca Nacional – Programa Nacional de Apoio à Pesquisa.

Parmênides é uma realidade histórica fundamental, a filosofia não existiria tal como existe para nós se não existisse o ser de Parmênides e de seus filhos metafísicos e parricidas, Platão e Aristóteles. Somos, queiramos ou não, um legado de suas decisões. Porém, interessam, nas reflexões que se seguem, menos as motivações ou doutrinas que expressou Parmênides, do que as decisões que, apesar do próprio, adquiriu a linguagem em suas sentenças. Se os poetas são a antena da raça, os filósofos são a antena do tempo. Condensam, na sua experiência de busca da verdade universal, as diversas manifestações coetâneas da linguagem, especialmente as que são diretamente relacionadas ao conhecimento e ao testemunho do real. Tais manifestações, seja na Grécia antiga, seja em nosso tempo, não se dão somente nas academias, entre filósofos e homens de ciência. Os discursos sapienciais e veritativos permeiam as mais variadas experiências humanas: religiosas, artísticas, políticas etc. Mas a condensação do discurso filosófico também não é uma simples consequência direta da linguagem do mundo – há no dizer do filósofo um esforço de pensamento que assume o âmago do que se pode dizer, entre os ditos, o dizível e o inefável. Neste esforço dá-se a criação filosófica – não como obra pessoal, mas como assunção da necessidade da linguagem (*lógos*).

A linguagem pode ser compreendida como um organismo vivo, com processos autônomos, e que se produz a si mesmo graças a nós, seus hóspedes humanos. Nesta perspectiva, não pretendo focar nas intenções doutrinárias de Parmênides, mas na postura de seu poema como um feito – e um efeito – de linguagem, e como uma expressão de pensamento na história das letras e do legado de nossa tradição. O Poema de Parmênides é, sem dúvida, um dos feitos mais criativos e originários desta tradição, desde o momento em que cria a ciência filosófica do ser, a ontologia; e também desde o momento em que cria o objeto da mesma, seu método, sua semântica e sua sintaxe. Porém, esta criação não é uma criação a partir do nada. Não há criação a partir do nada. O ser, como se sabe, provém do que já é. Por esta razão, pretendo buscar o que o Poema capta do seu tempo e que para nós se apresenta nos feitos documentados da língua grega, isto em vista de perceber como tal ambiência discursiva é apropriada em uma reformulação original até chegar à formulação de um saber da realidade que se expressa quase *categorialmente*, com signos conceituais do ser. Não pretendo levar tais observações genealógicas muito longe, muito menos exaurir a ampla gama de discursos que concorrem e se enfrentam em torno da verdade nos primórdios da filosofia; me contentarei em descobrir o que está imediatamente próximo, atrás e à frente, e que possa aclarar a própria originalidade dos usos lingüísticos e reflexivos do poema.

Minha hipótese é que confluem, para a originalidade da linguagem ontológica categorial, determinadas figuras de linguagem (*skhemáta léxeon*) do campo discursivo da veracidade, entre as quais destacam-se algumas figuras próprias da nascente retórica forense, que obteve grande sucesso no sul da Itália, a partir do sexto século antes de Cristo. Isto, evidentemente, já na tradição originária dos filósofos que falam da natureza, que Aristóteles chamou de físicos, fisiólogos.

Aristóteles, como filósofo que desentranhou os modos de enunciar o ente, numa tradição que provém de Parmênides, passando por Platão, apropriou-se e explicitou, como ninguém o fizera até então, a estrutura da linguagem de conhecimento. Por isso, é sempre uma baliza fundamental para perceber a linguagem filosófica de seus predecessores. Aristóteles consolidou, entre outras ferramentas filosóficas, o nosso sentido usual de “categorias do ser”, a partir de uma análise acurada do discurso de conhecimento. E suas categorias não foram respigando-lhe a esmo, como supôs Emmanuel Kant, quando o comentou para introduzir sua própria idéia e tábua de categorias². Elas seguem uma listagem tópica cujo registro pertence aos primeiros discursos escritos (*lógoi*) – justamente os discursos de acusação e defesa dos tribunais. É o que veremos adiante, por comparação de alguns textos exemplares, tanto do âmbito forense como do âmbito filosófico.

Assim, Aristóteles será bastante coerente ao designar as múltiplas formas de dizer o ente com o termo “*kategoría*”. Pois o que é uma categoria no uso coloquial da língua grega antiga? É uma acusação, uma declaração pública de hostilidade (*katá + agoréuo*). A palavra “*kategoría*” é a efetivação, no grego coloquial clássico do século quinto, da ação de acusar: *kategoréin*³, feita por um promotor acusador: *hò katégoros*. A acusação, além de “categoria” (*kategoría*), é normalmente designada simplesmente como “discurso” (*lógos*). Richard Bodéüs observou, em um artigo publicado em 1984⁴, que a origem das categorias filosóficas, seja em Aristóteles, seja nas listas do pitagórico Arquitas de Tarento⁵, se encontra precisamente neste campo do discurso forense antigo.

São especialmente significativas as observações dos comentadores antigos de Aristóteles que, com respeito ao título do *Tratado das Categorias*, sentem necessidade de distinguir o sentido filosófico do sentido judiciário usual. Sua

2 *Kritik der Reinen Vernunft*, B107 / A81.

3 Cf. Herodoto (VI, 50, 1).

4 *Revue de Philosophie Ancienne*, nº1, 1984, pp.121-137.

5 Simplicio, *Comm. In Cat.*, 2, pp.15-25.

negação, claro, de um ponto de vista genealógico, vale por uma denegação – que prova que a língua trai uma relação inegável entre a teoria de Aristóteles e a prática dos oradores⁶.

Esta relação do discurso ontológico com registros da linguagem forense não é uma invenção de Aristóteles, ela já se afigura no esquema discursivo que encontramos na apresentação dos sinais do ente (*sémata*) efetuada pela Deusa do Poema de Parmênides.

Na prática judicial, o fundamento de toda acusação são suas provas, seus indícios confiáveis, os signos nos quais se pode depositar uma convicção verdadeira (*pístis alethés*). *Sémata*: Sinais do ente. Signos em que se pode confiar. No Poema de Parmênides, os signos do ente são qualidades fielmente atribuídas ao ente, ao que há. *Sémata, písteis*, sinais, provas: estamos entrando exatamente no campo semântico das figuras de linguagem forense. Figuras que buscam produzir uma sensação de confiança e que supõem credibilidade e veracidade.

DK 28 B 1, 24-30

Ó jovem acompanhado por aurigas imortais,
que, com éguas, te levam ao alcance de nossa morada,
salve! Porque nenhuma Partida ruim te enviou a trilhar este
caminho, à medida que é um caminho apartado dos homens,
mas sim Norma e Justiça. Mas é preciso que de tudo te
instruas: tanto do intrépido coração da Verdade persuasiva
quanto das opiniões de mortais em que não há fé verdadeira.

ὦ κούρῳ ἀθανάτοισι συνάρορος ἠνιόχοισιν,
ἵπποις ταί σε φέρουσιν ἰκάνων ἡμέτερον δῶ,
χαίρῳ, ἐπεὶ οὐτί σε μοῖρα κακῆ προὔπεμπε νέεσθαι
τήνδ' ὁδόν, ἢ γὰρ ἀπ' ἀνθρώπων ἐκτός πάτου ἐστίν),
ἀλλὰ θέμις τε δίκη τε. χρεὼ δέ σε πάντα πυθεσθαι
ἡμὲν ἀληθείης εὐπειθέος ἀτρεμέσ ἦτορ
ἠδὲ βρωτῶν δόξας, ταίς οὐκ ἔνι πίστις ἀληθείς.

6 Olympiodore – CAG, XII, p.22; Philoponus – CAG, XIII, 1, p.12; Élias – CAG, XVIII, p. 127.

Na obra de um autor imediatamente posterior a Parmênides e reconhecido como próximo da dialética eleata⁷, encontramos um uso exemplar do modelo de figuras tópicas, próprio da linguagem forense. Não vamos utilizá-lo como prova de uma genealogia, porque não está em causa a precedência; mas como indício de um uso contemporâneo ao filósofo. Trata-se da *Apologia de Palamedes por ele mesmo*, discurso do grande retórico grego do século quinto antes de Cristo, Górgias de Leontini. Uma “apologia”, ao pé da letra: “discurso (lógos) a partir de (apó)”, é um contra-discurso, quer dizer, uma defesa a partir de uma acusação. Górgias, em seu discurso, assume a personagem de Palamedes, para rebater as acusações de traição que lhe são impingidas na campanha contra Tróia. O seu discurso é efetivamente um discurso de desconstrução do logos do acusador (*kategórou*), um discurso que deve responder a cada tópico abordado pela acusação. Em uma de suas desconstruções apologéticas, Górgias rebate, interrogando o acusador em sua capacidade de acusar:

DK 82 B 11a, 26 ss.

εἰ μὲν οὖν ἰδών, φράσον τούτοις <τὸν τρόπον>, τὸν τόπον, τὸν χρόνον, ποτε, ποῦ, πῶς εἶδες·

Se realmente viu, aponte para estes: o modo, o lugar, o tempo, quando, onde, como viste.

O que exige o acusador, senão justamente as categorias, os tópicos de acusação (*enklémata díken*), nos mesmos termos que Aristóteles utilizará: *póte, poú, pòs* — “quando”, “onde”, “como”?! Acusar é, pois, apontar as categorias. Apontar e mostrar os sinais (*sémata*), os indícios confiáveis que caracterizam a culpa (*aitía*) do réu.

Vejamos uma passagem muito parecida, na Odisséia de Homero (III,70-80), em que não é o caso de acusar (categorizar) mas de algo bastante próximo ao denunciar e confessar, o detalhar (catalogar):

ὦ ξείνοι, τίνες ἐστέ; πόθεν πλεῖθ' ὕγρὰ κέλευθα; ἢ τι κατὰ πρῆξιν ἢ μασιδίως ἀλαλησθε οἶά τε ληϊστήρες ὑπεῖρ ἄλλα, τοῖ τ' ἀλόωνται ψυχὰς παρθέμενοι, κακὸν ἀλλοδαποῖσι φέροντες; τὸν

7 A ponto de um comentador peripatético (anônimo) incluí-lo em uma mesma obra sobre a ontologia eleata: *De Melisso, Xenophane, Gorgia*.

δ° αὖ Τηλέμαχος πεπνυμένος ἀντίον ἠῦδα, θαρσῆσας· αὐτὴ γάρ ἐνὶ φρεσὶ θάρσος Ἰθάγη θῆχ°, ἵνα μιν περὶ πατρὸς ἀποικομένοιο ἔροιτο, [ἦδ° ἵνα μιν κλέος ἐσθλὸν ἐν ἀνθρώποισιν ἔχησιν·] ὧ Νέστορ Νηληϊάδη, μέγα κῦδος Ἰαχαιῶν, εἴρεαι ὀππόθεν εἰμέν· ἐγὼ δέ κέ τοι καταλέξω.

[70] – Caros hóspedes, quem sois vós ? De onde chegais pela via das ondas? O que fazeis? Comércio? ou bem, navegai aventurosamente como piratas que, arriscando a vida, levam desgraça aos estrangeiros?

[75] E o prudente Telêmaco respondeu-lhe com segurança, pois Atena incutiu-lhe firmeza ao coração, para que se informasse do pai ausente e alcançasse uma grande glória entre os homens :

– Ô Nestor Nelêiade, grande glória dos Aqueus,

[80] perguntas de onde somos, e o vou dizer-te em detalhe.

O que é, então, conhecer detalhadamente por meio de um discurso? Trata-se de apontar e mostrar os sinais em que o ente pode ser dito. E despejar estes sinais (*sémata*) numa série de atributos. O verbo “ser” não é uma mera partícula de articulação copulativa, mas desenvolve a ação concreta de apontar, assinalar, mostrar – e reunir os atributos em uma seqüência sem narrativa. O fundo concreto e pragmático da articulação sintática *ontológica* é proveniente do ato de alguém (o falante) apontar *sinais* em outrem (o “acusado”) que revelam o que o caracteriza (e que o requisita a ser o que é — sua causa, sua “culpa” — *aitia*). É o dedo duro com que apontam o denunciante ou o promotor, que para as instituições jurídicas do quinto século são a mesma pessoa. No caso do conhecimento, porém, o acusado não é apenas o réu-ou-vinte (*res*, o objeto), mas é o próprio ente subjacente, a substância, a essência que ocupa a função de sujeito em uma frase. Eis a proposição categórica, a frase acusadora dos tribunais que se vai tornar a frase por excelência da filosofia e das ciências.

Porém, quais são os tipos de acusação que recebe o réu em um tribunal filosófico? Que significação receberá o ente no Poema de Parmênides? Estes tipos são herdados pelo tema de que se trata: a natureza (*phýsis*), e pelos discursos que tratam da natureza, os discursos dos sábios “físicos”, dos “fisiólogos”.

O primeiro tema filosófico que conhecemos é o tema dos limites: “*péras*”, que já aparece nas frases de Anaximandro e é o primeiro item nas listas pitagóricas, tais como a que Aristóteles aponta no primeiro livro da sua *Metafísica* (986a 23-26):

Limitado / ilimitado	<i>πέρας [καί] ἄπειρον,</i>
Ímpar / par	<i>περιττόν [καί] ἄρτιον,</i>
Uno / múltiplo	<i>ἓν [καί] πλῆθος,</i>
Direito / esquerdo	<i>δεξιόν [καί] ἀριστερόν,</i>
Macho / fêmea	<i>ἄρρεν [καί] θήλυ,</i>
Imóvel / móvel	<i>ἠρεμοῦν [καί] κινούμενον,</i>
Reto / curvo	<i>εὐθύ [καί] καμπύλον,</i>
Claro / escuro	<i>φῶς [καί] σκοτός,</i>
Bom / mau	<i>ἀγαθόν [καί] κακόν,</i>
Quadrado / escaleno	<i>τετράγωνον [καί] ἑτερόμηκες·</i>

O tema dos limites é um tema tradicional da sabedoria moral, especialmente no caso de problemas relativos à temperança; porém no pensamento dos fisiólogos se aplica à questão universal da geração do mundo, a cosmogonia. Para Anaximandro, a confiar no testemunho interpretativo de Simplício (DK 12 A 9), ainda que todas as coisas tenham geração e corrupção, para o princípio do cosmos não devia haver nem começo nem fim e, assim, deveria ser sem limites, *ápeiron*. E o que faz Anaximandro, senão levar ao tribunal a totalidade do que veio a ser na configuração de uma limitação? Segundo a necessidade, ele vê que todas as coisas que ganharam limites têm de pagar penitência (*didonai diken kai tisin*) e têm de ser julgadas por sua injustiça (*adikia*)⁸.

No coração do seu discurso ontológico, assim Parmênides vai expor os sinais do ente (*sémata*) – no célebre fragmento 8 do poema:

DK 28 B 8

- 2 sobre este há bem muitos sinais:
- 3 que sendo ingênito também é imperecível.
- 4 Pois é todo único como intrépido e sem meta;

8 Aqui, seguimos deliberadamente a tradução de F. Nietzsche, porque carregada de perspectiva moral, evidencia a proximidade semântica com o vocabulário jurídico.

- 5 nem nunca era nem será, pois é todo junto agora,
6 uno, contínuo; pois que origem sua buscarias?
- 22 Nem é divisível, pois é todo equivalente:
23 nem algo maior lá, que o impeça de ser contínuo,
24 nem algo menor, mas é todo pleno do que é.
25 Por isso, é todo contínuo: pois ente a ente cerca.
26 Além disso, imóvel, nos limites de grandes amarras,
27 fica sem começo, sem parada, já que origem e acaso
28 muito longe se extraviaram, rechaçou-os Fé verdadeira.
- 2 ταύτη δ° ἐπὶ σήματ° ἔασι
3 πολλὰ μάλ°, ὡς ἀγένητον ἐὼν καὶ ἀνώλεθρόν ἐστιν,
4 οὐλον μουνογενές τε καὶ ἀτρεμές ἤδ° ἀτέλεστον·
5 οὐδέ ποτ° ἦν οὐδ° ἔσται, ἐπεὶ νῦν ἔστιν ὁμοῦ πάν,
6 ἐν, συνεχές·
- 22 οὐδὲ διαιρετόν ἐστιν, ἐπεὶ πάν ἐστιν ὁμοίον·
23 οὐδέ τι τῆ μάλλον, τό κεν εἴργοι μιν συνέχεσθαι,
24 οὐδέ τι χειρότερον, πάν δ° ἐμπλεόν ἐστιν ἐόντος.
25 τῶι ξυνεχές πάν ἐστιν· ἐὼν γάρ ἐόντι πελάζει.
26 αὐτὰρ ἀκίνητον μεγάλων ἐν πείρασι δεσμῶν
27 ἔστιν ἀναρχόν ἀπαυστον, ἐπεὶ γένεσις καὶ ὄλεθρος
28 τῆλε μάλ° ἐπλάχθησαν, ἀπώσε δὲ πίστις ἀληθῆς.

Parmênides desdobra o problema do limite em vários pontos: limites vitais ou existenciais (ingênito e imperecível), limites quantitativos (todo, único), limites espaciais (intrépido e sem meta), limites temporais (nem nunca era nem será, pois é agora), limites qualitativos (equivalente) ou comparativos (nem algo maior, nem algo menor).

Estes são exatamente as categorias e os termos de acusação quando se quer demonstrar a culpa (*aitia*) de um réu. Pergunta-se, nesse caso, se a causa é mortal ou imortal (se a causa é divina o réu é inocente) e se dão provas do responsável substancial; depois se pergunta se havia cúmplices quando o crime ocorreu, e trazem-se as provas quantitativas; pergunta-se onde se deu o fato, e se explicita o lugar; pergunta-se quando ocorreu o fato e se prova em que momento foi levado a cabo; depois se pergunta pela intensidade do crime para avaliar sua gravidade relativa e determinar as penalidades.

Em sendo culpado o réu, a poderosa Necessidade o condena a ficar totalmente imóvel nos limites de grandes amarras:

DK 28 B 8

29 O mesmo no mesmo ficando, sobre si mesmo pousando
30 e assim, aí fica firme, pois poderosa Necessidade
31 mantém nas amarras do limite, cercando-o por todos os
lados,

29 ταυτόν τ° ἐν ταυτῶι τε μένον καθ° ἑαυτό τε κείται
30 χούτως ἔμπεδον αὐθι μένει κρατερῆ γὰρ ἀνάγκη
31 πείρατος ἐν δεσμοῖσιν ἔχει, τό μιν ἀμφίς ἐέργει,

Agreguemos algumas ponderações históricas ou genealógicas sobre este tema. Fique claro que não afirmamos simplesmente que Parmênides toma do discurso forense as figuras de linguagem de seu discurso ontológico. Seja tratarem-se de formas instituídas pelas leis da cidade, em um caso, ou por um texto de filósofo, no outro, as formas de atribuição de provas por meio de uma palavra pública são certamente posteriores e derivadas de usos coloquiais cotidianos. Porém, o fato de usar figuras de linguagem tão próximas em ambas as circunstâncias é especialmente significativo para entender as funções que desempenham em cada contexto. No caso do Poema de Parmênides, esta proximidade reforça o efeito dêitico de indicar e apontar, que atravessa todo o discurso sapiencial da Deusa. Dizer que o ente é tal e qual significa acusar disto e daquilo o ente. E se o “é” da predicação categorial desempenha esta função, por que não supor que quando a Deusa mesma diz, sem predicado algum, simplesmente “é” ou “há” entes, não estaria simplesmente a apontar para o real, projetando o verbo a saltar efetivamente para fora de si, para o que está adiante, seja espacialmente como mundo objetivo, seja temporalmente como a presença e seu porvir?

O contexto do discurso litigioso dos tribunais provê, além disso, outro detalhe da configuração discursiva do discurso ontológico e categorial. Além dos tópicos de acusação ou significação sobre a natureza, vemos também a divisão de cada tema em aspectos que se opõem. O discurso ontológico se mostra em forma de litígios, como discurso antilógico. Isto é evidente na lista em duas colunas dos pitagóricos, vejamos como isto também aparece no Poema de Parmênides.

O ente parmenídeo se mostra no fragmento oito como “ingênito, imprecívél, intrépido e sem meta; o que nem nunca era nem será, indivisível,

nem algo maior, nem algo menor, imóvel, sem começo, e sem fim”. É bastante evidente que grande parte dos signos do ente se formulam em forma privativa. Neste grupo de adjetivos há uma abundância evidente de alfas privativos e de advérbios de negação. Já tinham aparecido na interdição da via do não ser: impen-sável, indizível, inominável, incognoscível, sem confiança, não verdadeira... (28 B 2) Porém, os encontramos outra vez, agora em seu oposto: a via do que é. Os signos do ente também estão caracterizados por privações. São posições que se desdobram em relações de clara oposição. É por esta razão que Parmênides as chama de “provas polêmicas” (28 B 7, 5), enquanto provas que se apresentam no contexto de um *elénkhos*.

A forma polêmica de apresentação de provas é a forma que tem o *lógos* nos tribunais gregos, em que se enfrentam diretamente os discursos de acusação e defesa. É a mesma forma que impulsionará as investigações práticas e teóricas da ciência oratória, a retórica, a sofística e, sem dúvida, a dialética grega, eminentemente agonística. No discurso de conhecimento esta oposição vai afigurar-se primeiro como a oposição entre o conhecimento firme (*atremés*) e o vacilante (*ákrita*), entre verdade e opinião e depois entre verdadeiro e falso.

A forma combativo-argumentativa que assumem as figuras de linguagem no pensamento dos filósofos gregos nos leva inclusive a supor uma hipótese delirante com respeito ao sentido do alfa privativo da palavra *alétheia*: a verdade não é o que se vê quando as filhas do sol descobrem com suas mãos os véus que encobriam suas cabeças (28 B 1). A verdade é a firme posição que se destaca ante uma oposição polêmica, vacilante, bicéfala (28 B 6). A verdade é a posição intrépida do ser.

Referências Bibliográficas

Aa. Vv. *Commentaria in Aristotelem Græca*. Ed. Academiae Berolini, Georii Rei meri, 1882-1909, 26v.

Aristóteles. *Categoriae et Liber De Interpretatione*. Ed. L. Minio-Paluello. Oxford: Clarendonian Press, 1949, 1989.

_____. *Metaphysica*. Ed. W. Jaeger. Oxford: Clarendonian Press, 1957, 1985.

Aubenque, Pierre. *Le Problème de l'être chez Aristote*. Paris: PUF, 1962, 5a ed. 1983.

_____. (Ed.). *Concepts et Catégories dans la Pensée Antique*. Paris: Vrin, 1980.

- Baratin, Marc & Desbordes, Françoise. *L'analyse linguistique dans l'antiquité classique*. Paris: Klincksieck.
- Benveniste, Émile. *Problèmes de linguistique générale*. 2v. Paris: Éditions Gallimard, 1992.
- Bodéüs, Richard. “Aux origines de la doctrine aristotélicienne des catégories”. In: *Revue de Philosophie Ancienne*, nº1, 1984, pp.121, 137.
- Cassin, Barbara. *Aristote et le logos*. Paris: PUF, 1997.
- Chantraine, Pierre. *Dictionnaire étymologique de la langue grecque*. Paris: Klincksieck, 1999.
- Cordero, Néstor Luis. *Les deux chemins de Parménide*. Paris: Vrin, 1997, 2ªed., 1984.
- Cordero, Néstor Luis. *Siendo se es: La tesis de Parménides*. Buenos Aires: Biblos, 2006.
- Couloubaritsis, Lambros. “Fécondité des pratiques catalogiques”. In: *Kernos*, 19, 2006, pp. 249-266.
- Diels, H. & Kranz, W. *Die Fragmente der Vorsokratiker*. Zürich: Weidmann, 1996.
- Havelock, Eric. *A Revolução da Escrita na Grécia e suas conseqüências culturais*. São Paulo: Paz e Terra, 1994.
- Homero. *Opera*. 4v. Ed. Allen. Oxford: Clarendonian Press, 1990.
- Kant, Immanuel. *Kritik der reinen Vernunft*. Darmstadt: Wissenschaftliche Buch-gesellschaft, Bd. 3, 1956-1983.
- Mattéi, J. F. (org.). *La naissance de la raison en Grèce*. Paris: PUF, 1987.
- Porfírio. *Isagoge*. Ed. P. Gomes. Lisboa: Guimarães, 1994.
- _____. *On Aristotle's Categories*. Ed. R. Sorabji. Ithaca: Cornell, 1992.
- Robbiano, Chiara. *Becoming Being*. Sankt Augustin: Academia, 2006.
- _____. “Duas fases parmenídeas ao longo da via para a Verdade: elénkhos e anánke”. In: Santoro, F. (org.). *Anais do I Simpósio Internacional Ousia de Estudos Clássicos 'O Poema de Parmênides'*. Rio de Janeiro: Ousia, 2006.